

ECONOMIA DO TRABALHO

DETERMINANTES DA RENDA DO SETOR TERCIÁRIO INFORMAL: UMA ANÁLISE DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Wilson F. Menezes

*Doutor pela Université de Paris I e Professor do
Curso de Mestrado em Economia da Universidade
Federal da Bahia (UFBA)*

José Carrera-Fernandez

*PhD pela Universidade de Chicago e Professor do
Curso de Mestrado em Economia da Universidade
Federal da Bahia (UFBA)*

RESUMO:

Aborda o setor informal terciário da Região Metropolitana de Salvador (RMS), segmento importante do mercado de trabalho, e analisa, a partir da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), as principais implicações dos atributos pessoais sobre o rendimento dos trabalhadores desse setor. Os resultados econométricos permitem mostrar que a escolaridade, a experiência e a idade são variáveis importantes na determinação desse rendimento. A análise econométrica revela que se existe discriminação racial nesse setor ela não é suficientemente evidenciada, mas confirma a existência de discriminação contra as mulheres, as quais auferem rendimentos caracteristicamente menores *vis-à-vis* os rendimentos dos homens nesse mesmo setor. Os resultados econométricos mostram ainda que a propriedade do capital físico no setor terciário informal não é importante na determinação do rendimento do trabalhador nesse setor, mas confirma a relação direta que existe entre a escala do empreendimento e a renda, de modo que quanto maior é o tamanho do empreendimento, maior é o rendimento auferido pelo trabalhador nesse setor.

PALAVRAS-CHAVE:

Mercado Informal de Trabalho; Setor Terciário; Rendimento do Trabalho; Atributos Pessoais; Discriminação Racial; Discriminação de Gênero; Bahia-Salvador; Brasil-Nordeste.

1 - INTRODUÇÃO

A dimensão e a complexidade do setor informal podem ser explicadas por diferentes razões. Em primeiro lugar, a evidência estatística presente em inúmeros trabalhos mostra que um importante percentual de trabalhadores desse setor recebe apenas o suficiente para a subsistência. Compreende-se, portanto, haver um forte relacionamento entre informalidade e pobreza. Em seguida, observa-se a existência de um excesso de oferta de mão-de-obra, que acaba por permitir formas peculiares de organização da produção, circulação e consumo, condicionando estratégias de sobrevivência alternativas para essas pessoas. Ainda podem ser lembrados os processos migratórios e o aumento da população acima da taxa de crescimento da economia, os quais também podem ser considerados como verdadeiras fontes de informalidade.

Ademais, as crises e as modestas perspectivas de crescimento econômico muito têm contribuído para a expansão desse setor, à medida que provocam contrações da demanda por trabalho e redução do emprego, isso vem ocorrendo mesmo nos países industrialmente mais avançados. Mas a grande novidade aparece com as novas tecnologias e formas de organização que, desde finais dos anos 1970, vêm sendo introduzidas, sobretudo nos processos produtivos da indústria. O avanço tecnológico e organizacional, normalmente poupador de mão-de-obra, vem reduzindo os níveis de emprego formal, de maneira que muitas pessoas se sentem induzidas a buscar sobrevivência em atividades e ocupações informais. Nesse momento, trabalhos em tempo parcial e/ou temporário, além das subcontratações, passam a ser muito utilizados. Essa retração da demanda por trabalho vem permitindo o surgimento de uma nova estrutura de relações de trabalho, em que o formal se utiliza de relações informais em seu benefício, como nova estratégia de expansão de suas atividades.

O setor terciário representa um segmento muito importante do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), fato que por si mesmo merece uma atenção especial. Numa constatação de que mais de 70% da ocupação da RMS encontra-se no setor terciário (INFORME PED, 1998) e que mais de 80% das atividades informais encontram-se nesse setor, veio a idéia de selecionar estes trabalhadores para estudo. Este trabalho tem

como objetivo analisar os principais determinantes dos rendimentos informais do setor terciário da RMS, a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)¹.

O artigo encontra-se dividido em quatro seções, além dessa introdução. Na segunda seção, alguns esclarecimentos sobre o conceito de informalidade são lançados de forma a permitir uma melhor compreensão do que seja esse setor, facilitando conseqüentemente o tratamento empírico dessa realidade na RMS. Na terceira seção, busca-se uma caracterização da informalidade na RMS, a qual será feita através de informações estatísticas da renda e de alguns atributos pessoais (escolaridade, experiência, idade, cor e gênero). Na seção seguinte, mostram-se algumas evidências empíricas, no intuito de delinear as implicações desses atributos sobre a renda do setor informal. Finalmente, a última seção contém as conclusões deste trabalho.

¹ A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da RMS segue orientação metodológica do Seade-Dieese. Esta pesquisa foi realizada na RMS entre setembro de 1987 e outubro de 1989, em convênio com SETRAB, SINE e UFBA; desde julho de 1996, ela vem sendo realizada em convênio com a SEI, SETRAS e UFBA. Esta pesquisa é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre e São Paulo).

2 - ALGUNS ESCLARECIMENTOS RELACIONADOS À INFORMALIDADE

Até os anos de 1970, a informalidade² dos países periféricos foi entendida como originária principalmente pelo lado da oferta de trabalho, decorrente de grandes processos migratórios e significativos crescimentos demográficos, levando essas sociedades a uma urbanização desorganizada. No caso específico do Brasil, não se pode esquecer o próprio modelo de desenvolvimento econômico, calcado na substituição de importações, que não conseguia gerar suficientes postos de trabalho. Como consequência desses dois fatores, aparece uma gama de atividades e ocupações que permitia a subsistência de volumoso contingente de trabalhadores. Isso acabou por imprimir uma fisionomia específica aos centros urbanos dos países periféricos, sem resultar numa ampliação das relações assalariadas de trabalho. Deste modo, a informalidade passou também a ser vista como derivada de uma insuficiência de desenvolvimento econômico.

Essa visão encerrava, pelo menos, três problemas. Em primeiro lugar, essa visão construiu um conceito de setor informal composto de atividades econômicas totalmente voltadas às pessoas pobres. A economia como um todo aparece então dividida em dois grandes setores, o formal e o informal. Essa divisão, entretanto, não permitia o estabelecimento de relações e imbricações entre os setores, de forma que eles constituíam dois mundos

² O entendimento do conceito de informalidade pode ser recuperado por pelo menos quatro enfoques. O primeiro descreve o setor informal com base em características técnicas das unidades produtivas, mas considera que as atividades desse setor são geradoras de produto e emprego. O segundo considera as atividades informais como sendo formadas por uma necessidade funcional do sistema capitalista, o qual usa do expediente da informalidade para alcançar uma redução nos custos de produção associados à mão-de-obra. O terceiro estabelece que o setor informal encontra-se constituído de relações de trabalho atípicas, tais como “mercado negro”, “mercado não regulamentado”, “mercado ilícito”, “economia submersa”, entre outros, para escapar das responsabilidades institucionais da economia formal. Finalmente, entende-se o setor informal como uma manifestação do espírito empresarial que, abafado por excessiva regulação da atividade econômica, aparece em atividades não declaradas, mas nem por isso ilícitas. Para uma melhor visualização desses enfoques, ver CARTAYA (1987). Uma análise mais aprofundada dessa abordagem foi apresentada em CARRERA-FERNANDEZ & MENEZES (1998).

distintos, gerando assim uma nova forma de dualismo econômico, em que os dois setores estariam permanente e reciprocamente em competição. Em segundo lugar, tem-se um problema vinculado ao processo de agregação, ou seja, ao se misturar empresas familiares com ocupações individuais acabava por comprometer um possível tratamento agregado, à medida que esta agregação tão heterogênea dificultava a indicação e a implementação de intervenções. Finalmente, numa aplicação direta do modelo de concorrência perfeita, o setor informal era visto como não possuindo algum tipo de barreira à entrada (SOUZA, 1980).

Algumas evidências sugerem que o setor informal, apesar de ser relativamente competitivo, apresenta algumas barreiras. Barreiras transponíveis, mas restritivas e até mesmo impeditivas para um pequeno empresário. Assim, a entrada e saída nesse mercado acontece em número relativamente elevado, o que não significa inexistência de dificuldades, as quais encontram-se vinculadas sobretudo à posse de pequenos capitais iniciais e à ausência de crédito dirigido especificamente ao setor. A facilidade de entrada deve, portanto, ser vista de forma diferenciada entre os diversos segmentos do setor informal; por exemplo, as atividades que exigem algum tipo de capitalização - necessidade de pequenos capitais fixos e/ou circulantes - têm um acesso mais difícil que as demais (BARROS, 1996; CACCIAMALI, 1989).

A questão da agregação heterogênea tem sido razoavelmente solucionada através de pesquisas dirigidas especificamente às empresas e/ou aos indivíduos. A PED, por exemplo, permite esse tipo de separação, além de isolar completamente os profissionais liberais, normalmente contabilizados pelas pesquisas entre os trabalhadores informais. Resta, portanto, discutir o primeiro problema.

A interpretação dual para o setor informal deixou de ver a interpenetração e as formas simultâneas de convivência entre os setores formal e informal. No entanto, essa convivência acontece obedecendo uma lógica de complementaridade e/ou de competitividade entre as atividades constituídas nesses mesmos setores. Assim, o setor informal, atuando em espaços e circunstâncias diferenciados, mantém uma relação direta com o desempenho e o desenvolvimento do setor formal. Por isso mesmo, este setor possui a capacidade de

gerar, destruir, recriar e modificar em seu benefício as ocupações, atividades e relações informais de trabalho.

Mas, nem por isso, pode-se falar de total subordinação do setor informal para com o setor formal, dado que o primeiro encerra uma lógica interna muito forte, acomodando situações específicas de forma bastante independente e diferenciada do mundo econômico formal. As interrelações que se estabelecem entre esses dois setores são, simultaneamente, de subordinação e independência e de complemento e concorrência.

Nesse sentido, a informalidade passou a ser entendida como um contínuo de ocupações e atividades que se interpenetram no espaço econômico eminentemente formal, de forma que dificilmente pode-se identificar um “vazamento” de recursos e de renda que, trafegando numa via de mão única, deixam o setor formal e alimentam a informalidade. Ao contrário, a informalidade é constituída de atividades e ocupações que têm simultaneamente existência subordinada e independente do setor formal da economia, ainda que as interrelações existentes não possuam a mesma intensidade. Nesse sentido, o setor formal exerce uma hegemonia sobre a informalidade, independente e continuamente, visto que sua existência é perene e suas relações internas, muito fortes.

A informalidade é, por conseguinte, composta de uma intrincada rede de relações econômicas, financeiras e creditícias, as quais acontecem tanto internamente ao setor, bem como entre o setor informal e o formal. São relações produtivas, de distribuição, comercialização, crédito e consumo que se verificam no interior do próprio setor informal, além de permitir transferências de recursos e renda que passam da informalidade à formalidade e vice-versa.

Finalmente, tem-se a dizer que a informalidade não deve ser confundida com atividades ilegais; mesmo que essas atividades, por falta de condições objetivas, não raramente, deixem de cumprir as normas institucionais e as exigências legais vigentes. Assim sendo, as atividades informais acabam por não pagar impostos e dificultar a fiscalização em termos de qualidade e higiene de seus produtos e serviços, mesmo porque, se isso não fosse feito, a existência da própria atividade poderia ser posta

em risco, dado o peso financeiro que essas implicações legais poderiam acarretar aos negócios.

A título de tratamento empírico, considera-se como pertencendo ao setor terciário informal da RMS, tal como foi definido acima, os indivíduos que, atuando nas atividades de comércio de mercadorias e de serviços, se auto-empregam (autônomos), trabalham com sócio(s) e/ou empregam até duas pessoas. Exclui-se, portanto, os trabalhadores domésticos e os assalariados sem carteira de trabalho assinada³. Este corte objetiva observar mais detidamente a renda dos trabalhadores que, exercendo as mais variadas atividades informais, utilizam fatores produtivos e se dirigem a um mercado de produto e/ou de serviço. Aspectos dificilmente encontrados nos segmentos dos sem carteira e, principalmente, dos domésticos.

3 - CARACTERIZAÇÃO DA INFORMALIDADE DO SETOR TERCIÁRIO DA RMS

.....

Com auxílio de dados da PED, passa-se a descrever algumas observações acerca da informalidade no setor terciário da RMS. A TABELA 1 expressa algumas características da informalidade da RMS. A renda média desse contingente de pessoas foi calculada em R\$ 303,00. Em média, essas pessoas estudaram seis anos, ou seja, detêm o primeiro grau incompleto, dispõem de seis anos acumulados de experiência e têm 35,5 anos de idade.

³ Uma discussão conceitual que justifica tal corte pode ser encontrada em CARRERA-FERNANDEZ & MENEZES (1998).

TABELA 1
ALGUNS INDICADORES DA INFORMALIDADE NO SETOR TERCIÁRIO DA RMS

Indicadores	Média	Desvio Padrão	Percentis		
			25%	50%	75%
Renda em Reais	303,00	643,00	40,00	120,00	300,00
Escolaridade em anos	5,96	3,89	3	5	9
Experiência em anos	6,10	8,51	0,58	3	8
Idade em anos	35,60	14,07	25	35	45

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBa.

O cálculo dos percentis permite mostrar outras tantas características importantes da informalidade no setor terciário da RMS. Assim, percebe-se que 25% dos trabalhadores informais desse setor recebem até R\$ 40,00, apresentam uma escolaridade de três anos, acumulam uma experiência de seis meses e têm uma idade média de 25 anos.

A mediana, valor que separa os 50% superiores dos 50% inferiores, exterioriza ainda mais a precariedade em que se engajam essas pessoas, ou seja, metade dos informais, com até 35 anos de idade, ganham até R\$ 120,00, possuem no máximo cinco anos de escolaridade e três anos de experiência. Por outro lado, 75% dos informais possuem até 45 anos de idade, recebem um valor máximo de R\$ 300,00, detêm até nove anos de escolaridade e oito de experiência, ou seja, somente 25% ganham valores superiores a R\$ 300,00, possuem escolaridade superior ao primeiro grau e têm mais de oito anos de experiência.

A seguir, passa-se a interpretar os principais resultados da TABELA 2⁴. Os rendimentos dos informais da RMS são, em geral, muito baixos, demonstrando a existência de uma precariedade de condições de vida muito grande. Metade dos informais da RMS ganham até um salário mínimo, 28,2%, recebem até três mínimos e 11% têm rendimentos de até cinco salários mínimos. No acumulado, tem-se que 89,3% dos informais auferem remunerações de no máximo cinco salários míni-

mos, contra apenas 10,8% que apresentam rendimentos superiores a cinco salários mínimos.

As condições educacionais dos informais do setor terciário da RMS são muito precárias. Percebe-se, por exemplo, que 20,6% dos informais são analfabetos, ou estudaram no máximo dois anos. 51,7% possuem entre três e oito anos de estudos (primeiro grau completo), ou seja, 72,3% estudaram até o primeiro grau completo e 27,7% detêm escolaridade acima do primeiro grau. A consequência imediata dessa baixa escolaridade sobre a renda dessas pessoas é óbvia e mostra-se extremamente negativa, já que dentre os analfabetos, 65,1% ganham até R\$ 120,00 reais (um salário mínimo). Para aqueles que possuem escolaridade entre três e oito anos, ainda considerada uma faixa de pouca escolaridade, as rendas são muito baixas, ou seja, 53,6% ganham até R\$ 120,00 e 29,1% recebem entre R\$ 120,00 e R\$ 360,00. Mesmo para aqueles que se encontram na faixa de maior escolaridade, mais que o primeiro grau, seus rendimentos são relativamente baixos, pois apenas 24,3% dessas pessoas conseguem ganhar acima de R\$ 600,00. O restante das pessoas, dessa faixa de escolaridade, encontra-se relativamente distribuído nas diferentes faixas de renda.

Observando-se a TABELA 2 no sentido renda-escolaridade, pode-se extrair ainda outras informações importantes. Entre os que recebem até R\$ 120,00, 26,8% são analfabetos, 55,4% têm entre três e oito anos de estudos, e apenas 17,9% possuem escolaridade superior ao primeiro grau. No extremo superior de renda, percebe-se que 62,4% dos indivíduos ganham mais de cinco salários mínimos (R\$ 600,00) e 40% dos que recebem entre R\$ 301,00 e R\$ 600,00 possuem uma escola-

⁴ A TABELA 2, que deve ser interpretada no sentido das linhas, colunas e totais, resume a situação da informalidade do setor terciário da RMS, a partir dos atributos selecionados: renda, escolaridade, experiência, idade, escala dos empreendimentos, cor e gênero.

ridade além do primeiro grau, numa demonstração de que o nível educacional é muito importante para a determinação da renda dessas pessoas.

As informações relativas à experiência permitem selecionar algumas observações interessantes. Por exemplo, 35,4% dos trabalhadores informais

do setor terciário da RMS possuem apenas até um ano de experiência em suas respectivas atividades; 25,6% têm experiência entre um e quatro anos; 21% entre quatro e dez anos e 18% mostraram possuir mais de dez anos de experiência, ou seja, 39% dessas pessoas possuem experiência superior a quatro anos.

TABELA 2
ESCOLARIDADE, EXPERIÊNCIA, IDADE, USO DA MÃO-DE-OBRA,
COR E GÊNERO POR RENDA EM %

		Até R\$ 120,00	Entre R\$ 121,00 e R\$ 360,00	Entre R\$ 361,00 e R\$ 600,00	Mais de R\$ 600,00	Total da linha	
Escolaridade	Analfabetos	65,1	26,5	*5,7	*2,7	20,6	
	(até 2 anos de estudos)	26,8	19,4	10,7	5,1		
		13,4	5,5	1,2	0,5		
	Entre 3 e 8 anos de estudos (até o 1º grau)		53,6	29,1	10,5	6,8	51,7
			55,4	53,5	49,3	32,5	
			27,7	15,1	5,4	3,5	
Mais do que o 1º grau		32,3	27,6	15,9	24,3	27,7	
		17,9	27,1	40,0	62,4		
		8,9	7,6	4,4	6,7		
Experiência	Até 1 ano	63,6	23,8	7,4	*5,2	35,4	
		45,0	29,9	24,0	17,0		
		22,5	8,4	2,6	1,8		
	Entre 1 e 4 anos	47,8	29,8	10,4	12,0	25,6	
		24,4	27,1	24,2	28,5		
		12,2	7,6	2,7	3,1		
	Entre 4 e 10 anos	41,5	30,7	14,2	13,6	21,0	
		17,4	22,9	27,2	26,5		
		8,7	6,4	3,0	2,9		
	Mais de 10 anos	36,7	31,5	15,0	16,8	18,0	
		13,2	20,1	24,6	28,1		
		6,6	5,7	2,7	3,0		
Idade	Até 17 anos	95,5	*4,1	*0,1	*0,3	10,4	
		19,8	1,5	0,1	0,2		
		9,9	0,4	0,0	0,0		

(continua)

TABELA 2
 ESCOLARIDADE, EXPERIÊNCIA, IDADE, USO DA MÃO-DE-OBRA,
 COR E GÊNERO POR RENDA EM %

(conclusão)

		Até R\$ 120,00	Entre R\$ 121,00 e R\$ 360,00	Entre R\$ 361,00 e R\$ 600,00	Mais de R\$ 600,00	Total da linha
	Entre 18 e 45 anos	44,5	31,3	12,6	11,6	66,1
		58,6	73,5	75,6	71,3	
		29,4	20,7	8,3	7,7	
	Mais de 45 anos	45,8	29,8	11,3	13,0	
		21,5	24,9	24,2	28,5	
		10,8	7,0	2,7	3,1	
Escala	Trabalha c/mais pessoas	49,5	29,4	10,6	10,5	63,8
		63,0	66,6	61,3	62,4	
		31,6	18,8	6,7	6,7	
	Trabalha só	51,1	25,9	11,7	11,2	
		37,0	33,4	38,7	37,6	
		18,5	9,4	4,3	4,1	
Cor	Negro	52,5	28,6	10,5	8,4	83,6
		87,5	85,0	79,8	65,1	
		43,9	23,9	8,8	7,0	
	Branco	37,9	25,7	13,5	22,9	
		12,5	15,0	20,2	34,9	
		6,2	4,2	2,2	3,8	
Gênero	Mulher	60,5	26,0	7,5	6,0	44,3
		53,5	41,0	30,3	24,5	
		26,8	11,5	3,3	2,6	
	Homem	41,8	29,8	13,8	14,6	
		46,5	59,0	69,7	75,5	
		23,3	16,6	7,7	8,1	
Total da coluna		50,1	28,2	11,0	10,8	100,0

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA.

(*) Estatísticas não significativas.

A experiência, ao ser isolada de outros atributos, embora relevante na determinação da renda, não parece ser uma forte condicionante para explicar os diferenciais de renda desses trabalhadores, já que a grande proporção dos trabalhadores se concentra na faixa inferior de renda (até R\$ 120,00) para todos os extratos de experiência. Assim, aque-

les que detêm experiência de até um ano encontram-se mais fortemente presentes na faixa de renda de até um salário mínimo (63,6%), o mesmo acontece para as demais faixas de experiência: 47,8% para os trabalhadores que possuem experiência entre um e quatro anos, 41,5% entre quatro e

dez anos e 36,7% para aqueles com experiência superior a dez anos.

No sentido renda-experiência, percebe-se que uma maior renda exige, ainda que de maneira suave, um maior tempo de experiência. Para aqueles que recebem mais de R\$ 600,00, 17,0% têm experiência de até um ano; 28,5% entre um e quatro anos; 26,5% entre quatro e dez anos e 28,1% mais de dez anos. Por outro lado, dentre os que ganham até R\$ 120,00 apenas 13,2% têm experiência superior a dez anos, enquanto que 45% possuem apenas até um ano de experiência, de forma que a relação renda-experiência apresenta-se positiva e tendencialmente crescente. Assim, se a experiência, por si mesma, não necessariamente condiciona maiores rendas, para que o trabalhador informal possa auferir rendimentos mais elevados, é necessário que ele possua algum tipo de experiência.

Quanto à idade, tem-se uma incidência não desprezível de crianças e jovens de até 17 anos (10,4%) presentes no mercado de trabalho informal terciário da RMS. 66,1% das pessoas possuem entre 18 e 45 anos, ou seja, o maior contingente de informais do terciário da RMS encontra-se na faixa de idade mais produtiva da vida. Além disso, pode-se ainda notar que 23,5% desses informais têm mais de 45 anos. O grosso das crianças e jovens (95,5%) encontra-se na faixa de renda até R\$ 120,00, enquanto que 44,5% dos que possuem idade entre 18 e 45 anos e 45,8% dos que têm mais de 45 anos encontram-se na mesma situação de renda, ou seja, recebem até um salário mínimo.

Pode-se ainda observar que entre os que recebem mais de cinco mínimos, 71,4% possuem entre 18 e 45 anos de idade, quando esse percentual foi de 0,2% para as crianças e jovens e de 28,5% para aqueles que têm mais de 45 anos. Fica evidente, portanto, que rendas mais elevadas relacionam-se diretamente com a faixa etária de maior vigor físico.

A grande maioria dos informais da RMS trabalha com sócios ou emprega até duas pessoas (63,8%)⁵. Os demais trabalham sozinhos (36,2%). Tanto os que trabalham sozinhos como os que trabalham com outras pessoas, encontram-se mais

⁵ Cada trabalhador da informalidade trabalha com uma média de 0,362 pessoas, cuja dispersão foi medida pelo desvio padrão de 0,481 pessoas.

fortemente presentes nas faixas mais baixas de renda. Observando-se a faixa mais elevada de renda, percebe-se que aqueles que não trabalham sozinhos acabam obtendo relativamente melhores remunerações (62,4%). Também é grande a proporção dos que ganham até R\$ 120,00 e trabalham com outras pessoas (63%), o que poderia levar a crer que trabalhar ou não com outras pessoas pode não ser um forte referencial para se alcançar níveis mais elevados de renda nesse mercado informal. Esta expectativa poderia ser revertida porque estes trabalhadores, muito provavelmente, são os "contratados" do setor informal, os quais, a despeito de representarem uma grande proporção, auferem rendimentos muito menores que os de seus respectivos "contratantes". Conclusões mais definitivas a esse respeito, entretanto, somente poderão ser elaboradas a partir da avaliação econométrica, objeto da próxima seção.

Os negros constituem a maioria dos trabalhadores informais do setor terciário da RMS (83,6%), contra uma minoria de brancos (16,4%). Dentre os negros, 52,5% recebem até R\$ 120,00 enquanto dentre os brancos esse percentual é de 37,9%. Apenas 8,4% dos negros ganham acima de cinco salários mínimos contra 22,9% dos brancos. Considerando a faixa inferior de renda (até R\$ 120,00), tem-se uma presença proporcionalmente mais elevada de negros (87,5%) que de brancos (12,5%), mas no extremo oposto da renda (mais de R\$ 600,00) tem-se que 65,1% são negros e 34,9% brancos. Esses percentuais são incompatíveis às suas respectivas presenças relativas no mercado de trabalho informal⁶, demonstrando a presença de alguma discriminação racial no ambiente da informalidade do terciário da RMS. Deve-se ressaltar que este resultado, embora fundamentado estatisticamente, carece de uma análise mais aprofundada, a qual será avançada na seção seguinte.

Há proporcionalmente mais homens (55,7%) no mercado informal do setor terciário da RMS do que mulheres (44,3%). As mulheres concentram-se mais nas faixas de renda baixa, ou seja, 60,5% delas recebem até um salário mínimo, contra 41,8% dos homens nessa mesma condição. Considerando as pessoas que ganham acima de cinco salários mínimos, tem-se que 75,5% são homens e 24,5% mulheres; por outro lado, na faixa de menor

⁶ A PEA da RMS é composta de 79,9% de negros e de 20,1% de brancos.

renda (até R\$ 120,00) tem-se 53,5% de mulheres para 46,5% de homens. Dessa forma, configura-se a existência de discriminação no mercado de trabalho contra as mulheres.

4 - A RENDA DO SETOR INFORMAL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

.....

Em busca de uma confirmação das informações levantadas na seção anterior, realizou-se, inicialmente, uma regressão linear, tomando-se o rendimento dos trabalhadores informais do setor terciário da RMS (R_i) em função do tempo de escolaridade (E_i), do tempo de experiência no negócio (X_i) e da idade (I_i), todas variáveis contínuas, além das seguintes variáveis qualitativas (*dummy*): número de trabalhadores (T_i), *proxy* para a escala (ou tamanho) do negócio, cor (C_i) e sexo (S_i), ou seja:

$$R_i = \alpha + \beta_1 E_i + \beta_2 X_i + \beta_3 I_i + \beta_4 T_i + \beta_5 C_i + \beta_6 S_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde α é o coeficiente linear (constante), β_j ($j=1, \dots, 6$) são os coeficientes dos atributos e ε_i é o distúrbio, o qual é admitido ser independente e normalmente distribuído, com média igual a zero e variância σ^2 . As variáveis *dummy* assumem os seguintes valores: $T_i = 0$, quando o indivíduo trabalha só e $T_i = 1$, quando trabalha com mais de uma pessoa; $C_i = 0$, para o trabalhador negro e $C_i = 1$, para o trabalhador branco; $S_i = 0$, para o trabalhador do sexo feminino e $S_i = 1$, para o trabalhador do sexo masculino.

Espera-se que os sinais de todas as variáveis contínuas, e mesmo para variável qualitativa escala, sejam positivos, refletindo suas respectivas

influências sobre a renda. Os resultados dessa regressão podem ser observados na parte esquerda da TABELA 3. Deve-se ressaltar que não foram encontrados problemas de autocorrelação serial dos resíduos e de heteroscedasticidade, havendo no entanto alguma multicolinearidade entre as variáveis experiência e idade, mas que não justificou algum tratamento econométrico suplementar, em virtude da mesma não afetar significativamente os coeficientes estimados.

O ajustamento da equação linear (1) mostra que o tempo de escolaridade é, de fato, uma variável importante na determinação do rendimento do trabalhador informal do setor terciário da RMS. Uma análise desse quadro confirma o sinal positivo do coeficiente da variável escolaridade, indicando que o rendimento do trabalhador operando no setor informal é diretamente correlacionado com o tempo de escolaridade, de modo que quanto maior o grau de escolaridade desses indivíduos, maior é o rendimento auferido nessas atividades.

Ademais, a estatística t garante que o coeficiente dessa variável é significativamente diferente de zero. Este resultado é também confirmado por BARROS (1996) para a Região Metropolitana de Recife (RMR). Numa consideração de que os trabalhadores da informalidade atuam como empresários, o referido autor justifica o fato dizendo que a escolaridade para o empresariado informal:

“[...] melhora sua visão de mundo e capacidade de raciocínio, elevando assim a sua produtividade. Como empresário, a visão e o raciocínio mais apurados permite que ele tome decisões mais adequadas e eleve o rendimento de sua empresa” (BARROS, 1996).

TABELA 3
DETERMINAÇÃO DA RENDA DO TRABALHADOR INFORMAL DO SETOR TERCIÁRIO DA RMS

Variáveis	Linear			Não linear na variável experiência		
	Parâmetro	Estatística t	Nível de Significância	Parâmetro	Estatística t	Nível de Significância
Constante	-366,08	-14,38	0,00	-394,63	-15,40	0,00
Escolaridade	47,97	26,07	0,00	47,49	25,90	0,00
Experiência	6,92	7,60	0,00	20,22	10,40	0,00
Idade	5,61	10,07	0,00	5,45	9,82	0,00
Escala	23,43	1,62	0,11	22,25	1,55	0,12
Cor	174,90	9,14	0,00	173,67	9,11	0,00
Sexo	228,28	16,33	0,00	226,70	16,28	0,00
(Experiência) ²	-	-	-	- 0,40	- 7,74	0,00
	N=7.505, R ² =0,15, F=218,02, DW=1,94			N=7.505, R ² =0,16, F=196,89, DW=1,94		

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA.

A avaliação econométrica revela ainda que a experiência no negócio é muito importante na formação da renda do trabalhador informal. A TABELA 3 mostra que o coeficiente da variável tempo de experiência, além de ter o sinal correto (positivo), é significativamente diferente de zero. Isto quer dizer que o tempo de experiência aumenta a renda do trabalhador na atividade informal. Este resultado é também constatado no estudo de BARROS (1996), o qual encontra uma correlação positiva, mas conclui que o tempo de experiência não é tão importante na determinação da renda do empresariado do setor informal, visto que “[...] o efeito da experiência no rendimento diminui quando ela aumenta.” Este fato é também confirmado neste estudo ao se introduzir na regressão o tempo de experiência ao quadrado, como variável independente, cujo coeficiente apresentou sinal negativo, indicando que o rendimento do empresariado nesse setor realmente diminui à medida que o tempo de experiência aumenta, ou seja, a experiência aumenta a renda a taxas decrescentes. Este resultado pode ser constatado na parte direita (últimas três colunas) da TABELA 3.

A variável idade é também significativa para a determinação da renda do trabalhador informal do setor terciário da RMS, isto é, apesar da idade não ser muito utilizada em trabalhos empíricos, por não guardar uma relação linear com o rendimento, os resultados econométricos revelam que a idade é

fundamental na formação da renda do trabalhador atuando nesse setor.

A *proxy* para a escala (ou tamanho) dos empreendimentos no setor informal, variável *dummy* que contabiliza o número de trabalhadores engajados no mesmo, revelou-se positiva; porém, não muito significativa na determinação do rendimento desse trabalhador. Isso implica dizer que quanto maior a escala do negócio, maior é a renda do trabalhador informal, mas esse coeficiente é estatisticamente significativo a apenas 11%. Entretanto, o resultado difere fundamentalmente do encontrado por BARROS (1996), que mostrou existir uma correlação negativa entre o rendimento do empresário e o tamanho da empresa no setor informal da RMR. A explicação para essa discordância provavelmente pode ser atribuída aos seguintes fatos: a) a base de dados utilizada por BARROS (1996), com apenas 49 observações, é significativamente menor que a amostra de 7.505 observações utilizada neste trabalho; e b) as unidades pesquisadas no trabalho do referido autor podem ter sofrido algum tipo de viés, quanto à forma não aleatória de escolha, fato este que seguramente não ocorreu neste trabalho, visto que as unidades pesquisadas foram escolhidas aleatoriamente.

Outro resultado interessante da análise econométrica para os dados da PED, o qual difere do estudo de BARROS (1996) para a RMR, é a presença de alguma discriminação racial na atividade

informal do setor terciário da RMS. A TABELA 3 mostra que o coeficiente da variável cor é positivo e estatisticamente significativo, implicando que existe de fato discriminação racial nesse setor. Isto é, o rendimento do trabalhador informal negro é significativamente inferior ao rendimento do trabalhador branco no mesmo setor.

Finalmente, a TABELA 3 permite constatar que o coeficiente da variável sexo é positivo e significativamente diferente de zero, revelando que existe também discriminação de sexo no mercado informal do setor terciário da RMS, isto é, as mulheres tendem a auferir rendimentos caracteristicamente menores nessa atividade, quando comparados aos rendimentos dos homens. Este resultado foi também confirmado por BARROS (1996) para a RMR. No entanto, conforme apontado pelo mesmo autor, esta variável “[...] pode na verdade estar servindo de *proxy* para esforço. Isto significa que o resultado encontrado na regressão não necessariamente indica que há discriminação por sexo”. Isso pode estar também mostrando que as mulheres aplicam um menor esforço no trabalho informal,

mas essa constatação deve ser tomada com bastante cautela.

A seguir, tentando-se melhorar o ajustamento entre a renda e esses atributos pessoais para esse setor, utilizou-se a seguinte equação linear nos logaritmos:

$$\ln R_i = \alpha + \beta_1 \ln E_i + \beta_2 \ln X_i + \beta_3 \ln I_i + \beta_4 T_i + \beta_5 C_i + \beta_6 S_i + \varepsilon_i \quad (2)$$

Nessa equação, o logaritmo do rendimento é regressado em função do logaritmo das variáveis contínuas, ademais das variáveis qualitativas introduzidas na equação (1). A parte esquerda da TABELA 4 expõe os resultados da equação (2). Todos os resultados encontrados anteriormente se mantiveram mais ou menos inalterados, em nível de significância e, principalmente, de sinal. A significância de algumas dessas variáveis melhorou, como ocorreu com o tempo de experiência, com a escala (ou tamanho) do negócio e com a idade; enquanto que a de outras pioraram, tal é o caso da variável cor (significativa a 1,3%), sexo e escolaridade.

TABELA 4
Determinação da Renda do Trabalhador Informal do Setor Terciário da RMS

Variáveis	Linear no log. das variáveis contínuas			Linear no log. , exceto escolaridade		
	Parâmetro	Estatística t	Nível de Significância	Parâmetro	Estatística t	Nível de Significância
Constante	- 4,33	-12,37	0,000	- 4,43	-12,87	0,000
Escolaridade	0,24	11,64	0,000	0,16	15,93	0,000
Experiência	0,51	23,76	0,000	0,51	24,04	0,000
Idade	2,10	21,77	0,000	1,93	20,46	0,000
Escala	1,49	18,68	0,000	1,48	18,67	0,000
Cor	0,26	2,48	0,013	0,03	0,28	0,776
Sexo	0,95	12,48	0,000	1,02	13,45	0,000
	N=7.505, R ² =0,23, F=370,18, DW=1,89			N=7.505, R ² =0,24, F=395,29, DW=1,89		

FONTE: Cálculos realizados a partir da PED-RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBa.

Vale a pena ressaltar que a melhoria no nível de significância da variável escala do negócio reforça a importância dessa variável na determinação da renda do trabalhador informal do setor terciário da RMS. Esse resultado estabelece de fato uma relação direta entre a escala do empreendimento e a renda no setor informal, de modo que quanto maior o tamanho do empreendimento, maior é o rendimento auferido pelo trabalhador nesse setor. Especificamente, o rendimento do indivíduo que trabalha sozinho no setor terciário do mercado informal da RMS é, em média, 59,8% menor que o rendimento do indivíduo que opera com mais de um trabalhador nesse mesmo segmento do setor informal.

Deve-se também ressaltar que a queda na significância da variável cor reforça a suspeita de que, se existe discriminação racial na informalidade do setor terciário da RMS, ela não é muito importante ao ponto de afetar significativamente o rendimento dos trabalhadores negros operando nesse setor. No entanto, a análise econométrica mostra que esses trabalhadores ganham, em média, 20,6% menos que os trabalhadores brancos nesse mesmo segmento do mercado informal. No que concerne à discriminação quanto ao gênero, o resultado econômico é mais drástico e revela que o rendimento das mulheres nesse segmento do mercado informal da RMS é, em média, 48,7% menor que o dos homens.

A queda no nível de significância da variável escolaridade indica que o melhor ajustamento seria uma função linear no nível de escolaridade. Assim, ajustou-se a seguinte equação:

$$\ln R_i = \alpha + \beta_1 E_i + \beta_2 \ln X_i + \beta_3 \ln I_i + \beta_4 T_i + \beta_5 C_i + \beta_6 S_i + \varepsilon_i \quad (3)$$

Na equação (3), o logaritmo do rendimento foi regressado em função do nível de escolaridade, mantendo-se o logaritmo das outras variáveis contínuas, ademais das variáveis qualitativas especificadas.

Os resultados da equação de regressão (3) encontram-se nas três últimas colunas da TABELA 4. Uma inspeção dessa parte do quadro revela uma melhoria no nível de significância do tempo de escolaridade, como era de se esperar. No entanto, o resultado mais interessante dessa nova regressão é a constatação de que não existe, sob o ponto de vista econométrico, discriminação racial no setor

informal. Nesta regressão, o coeficiente da variável cor não é estatisticamente significativo, de modo que se pode afirmar, pelo menos sob essa forma funcional, que não existe discriminação contra o trabalhador informal negro do setor terciário da RMS. Quanto ao gênero, fica reforçada a discriminação contra a mulher no setor terciário do mercado informal da RMS, a qual auferiu rendimento 50,5% menor, em média, que o rendimento do homem.

Testou-se também a importância da propriedade do capital físico na formação do rendimento do empresariado no setor informal, através da inclusão de uma variável *dummy*, a qual assume o valor zero para o capital de terceiros e o valor unitário para o capital próprio. Os resultados econômicos mostraram que a propriedade do capital físico não é importante na determinação do rendimento do trabalhador desse setor.

5 - CONCLUSÕES

.....

A informalidade do setor terciário da RMS apresenta-se em um quadro de precariedade muito grande. A renda média é muito baixa, a escolaridade é quase inexistente e os recursos tecnológicos são muito escassos, de forma que sua capacidade de acumulação fica bastante limitada. Mesmo assim, o grau de escolaridade aparece como principal fator de determinação da renda dessas pessoas. Em seguida, percebe-se também que o tempo de experiência e a idade são importantes elementos que elevam a renda na atividade informal.

A escala dos negócios revelou-se importante e significativa para a determinação da renda dos trabalhadores informais do setor terciário da RMS. Tanto é verdade que, quando operando sozinho, o trabalhador nesse setor do mercado informal da RMS auferiu, em média, rendimento 59,8% inferior à renda dos indivíduos que operam com mais de um trabalhador. Interessante notar que, apesar da existência de alguns indicadores de discriminação racial no mercado de trabalho como um todo, não ficou suficientemente evidenciada a segregação quanto à cor junto à informalidade do setor terciário da RMS. As mulheres, no entanto, sofrem discriminação no setor analisado, à medida que suas rendas são menos elevadas (em torno de 50% me-

nos) que as dos homens, quando submetidos aos mesmos atributos pessoais.

De resto, é preciso lembrar o caráter permanente do setor informal. Essa perenidade era, de início, decorrente da impossibilidade dos processos industriais em acompanhar os movimentos populacionais. Atualmente ela surge exatamente do dinamismo técnico e organizacional da economia. Por isso mesmo, é importante que se aceite o setor informal como grande gerador de postos de trabalho. No entanto, medidas de política econômica bastante dirigidas fazem-se necessárias, para que se possa melhorar as condições sócio-econômicas dos trabalhadores desse setor. Dentre outras possibilidades, não se pode deixar de considerar a educação como grande elemento que proporciona a elevação da renda e, portanto, dos níveis de vida desse imenso contingente de pessoas.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a leitura atenta e os comentários do Prof. José Sérgio Gabrielli de Azevedo. Responsabilizando-se, no entanto, pelos possíveis equívocos e omissões.

ABSTRACT:

This paper approaches the informal sector of services of the Metropolitan Region of Salvador, an important segment of the labor market, and analyzes, for the PED data basis, the main implications of personal attributes over the earning of workers of this sector. The econometric results show that schooling, experience and age are important variables for the determination of the earning of these workers. The econometric analysis reveals that if there is racial discrimination in this sector it is not enough evidenced, but confirms the existence of discrimination against women, which obtain earnings that are characteristically lower than that obtained by men in the same sector. The econometric results also show that the ownership of physical capital in the informal sector of services is not important for the earning determination of workers in this sector, but confirms a direct relationship that exists between scale of undertaking and earning, such that, the larger the undertaking size, the higher the earning obtained by workers in this sector.

KEY WORDS:

Informal Labor Market; Sector of Services; Labor Earning; Personal Attributes; Racial Discrimination; Genre Discrimination; Bahia-Salvador; Brazil-Northeast.

6 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALMEIDA, A. L. O., MENDONÇA, C. E. R. A pequena produção: uma visão unificada. São Paulo: **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, 1989. Número especial.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de. Relações entre rendimentos e qualificação: explorando os dados da PED/RMS. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, 1997. Número especial.
- AZEVEDO, J. S. Gabrielli de, MENEZES, W. F. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade. **Força de trabalho e emprego**, Salvador, v. 14, n. 1-3, 1996.
- BALTAR, P. E., CACCIAMALI, M. C., DEDECCA, C. S. **Mercado de trabalho no Brasil**: o aumento da informalidade nos anos 90. IPEA: Campinas, 1997.
- BARROS, A. Rands. O setor informal de serviços comerciais na Região Metropolitana do Recife. **Anais da ANPEC**, 1996.
- CACCIAMALI, M. C. A economia informal 20 anos depois. Porto Alegre: **Indicadores Econômicos FEE**, v. 21, n. 4, 1994.
- _____. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 19, 1989. Número especial.
- CARRERA-FERNANDEZ, J., MENEZES, W. F. **O empresário do setor informal**: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. Salvador: UFBA, 1998. (Texto para discussão).

CARTAYA, Vanessa. El confuso mundo del sector informal. **Nueva Sociedad**, 1987.

FERNANDES, Reynaldo. Contratos informais de trabalho: uma análise a partir da experiência brasileira. **Anais da ANPEC**, 1996.

INFORME PED. Salvador, n. 9, jan. 1998.

MENEZES, W. F; CARRERA-FERNANDEZ, J. Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 45, 1998.

_____. **Os determinantes da renda do setor terciário informal**: uma análise da Região Metropolitana de Salvador. Salvador: UFBA, 1998. (Texto para discussão).

SOUZA, P. R. **Emprego, salários e pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

TOKMAN, V. El imperativo de actuar: el sector informal hoy. **Nueva Sociedad**, 1986.

Recebido para publicação em 07.ABR.1994.